

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA



(11) 97019-0193

Nº 36

01/10 a 30/11/2025

R\$ 2

DERROTAR O GENOCÍDIO EM GAZA E O COLAPSO AMBIENTAL



2 O RECADO QUE VEM DAS RUAS

3 EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS GOVERNOS DE DIREITA
E EXTREMA -DIREITA

5 ECOLOGIA MARXISTA E O FUTURO DA HUMANIDADE

7 MESZÁROS E O COLAPSO AMBIENTAL

8 O COLAPSO AMBIENTAL SÓ SE RESOLVE COM O
SOCIALISMO

9 AS REVOLUÇÕES ESCRAVAS NO BRASIL

11 O DIFÍCIL CAMINHO DA UNIDADE DOS
REVOLUCIONÁRIOS - PARTE 3

12 CESSAR-FOGO NÃO GARANTE NEM PAZ E NEM A
INDEPENDÊNCIA PARA OS PALESTINOS

O RECADO QUE VEM DAS RUAS

No dia 21 de setembro, o país foi tomado por massivos protestos contra a PEC da bandidagem e a anistia aos golpistas. Ruas e avenidas das capitais e de outras 33 cidades país afora receberam dezenas de milhares de pessoas, bem superiores aos atos promovidos pela extrema-direita.

Na capital paulista, o "pessoal da USP" contabilizou 42,4 mil pessoas em média e no Rio de Janeiro foram quase 42 mil manifestantes. Pelo país passam de uma centena de milhares. A repercussão nas redes sociais também superou as manifestações em defesa de Bolsonaro e da anistia, segundo diferentes institutos de monitoramento.

A presença nas ruas é fundamental para derrotar a extrema-direita, apesar das direções, como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, tentarem canalizar a onda de indignação para as eleições de 2026, uma política prejudicial para a classe trabalhadora porque é nas ruas onde a política se define. Com mobilização se fortalece a classe trabalhadora, no parlamento quem se fortalece é a burguesia.

A esquerda anticapitalista precisa aproveitar as mobilizações para apresentar um programa de ruptura com essa política econômica do governo Lula, que, mesmo com pequenas taxações sobre "o andar de cima", beneficia principalmente o empresariado e os mais ricos. Os exemplos são muitos: a continui-

de do pagamento da dívida pública, financiamento do agronegócio, etc.

Para quem alegar as sabotagens do Congresso, lembramos que a PEC da bandidagem e o projeto de anistia não resistiram às grandes mobilizações. Esse é o caminho.

Também é importante mobilização pelo fim do arcabouço fiscal, o fim da escala 6x1, contra a Reforma Administrativa e o fim das privatizações.

Desse modo, a luta contra a extrema direita e contra a política econômica é parte da mesma luta. Para isto, é importante apostar na mobilização e continuarmos nas ruas!

Protestos incendiários no Nepal

A origem da revolta no Nepal foi a decisão do governo em bloquear 26 plataformas de redes sociais, alegando combater o "uso indevido" da internet, mas na prática era para calar a indignação nas redes.

90% da população é usuária de redes sociais e tem uma rica vida online, quase tudo passando pelas redes sociais. Essa censura digital foi a gota d'água para uma geração que vive e se organiza pela internet. No entanto, o descontentamento já vinha de muito antes tem causas sociais.

Multidões enfurecidas, frustradas por décadas de promessas não cumpridas e corrupção descarada,

incendiaram as sedes dos principais partidos políticos e até o histórico prédio do Congresso. As chamas iluminaram a noite, consumindo não apenas móveis e documentos, mas também a já fragilizada legitimidade de uma classe política, privilegiada e alheia ao sofrimento do povo.

Trabalhadores da Europa apoiam a Palestina nas ruas

Na Itália, a greve geral convocada no dia 22 de setembro, por vários sindicatos de base foi uma mobilização histórica, não só pela sua participação massiva, mas pela pauta contra o genocídio na Palestina. A presença dos portuários e de setores da classe operária foi um elemento de qualidade.

Após a interceptação e prisão dos membros da Flotilha para Gaza, as mobilizações cresceram e ganharam força em vários países. Na Áustria, em Viena, jovens montaram um acampamento de protesto. Na Suécia bloquearam a entrada do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Na Bélgica, Na Espanha aconteceram manifestações em várias cidades e em Madrid e Barcelona foram dezenas de milhares de pessoas nas ruas. Enfim, praticamente em toda Europa ocorreram protestos, obrigando os governos pressionarem Israel para assinar o acordo de cessar-fogo.

Essa onda de apoio aos palestinos e à Flotilha também se espalhou outros países como Tunísia (onde a Flotilha tinha feito escala antes de seguir para Gaza), Mauritânia e Malásia. Nesses dois últimos os protestos foram em frente da embaixada dos EUA.

Enfim, todos esses exemplos mostram que mobilização é o melhor recado que a classe trabalhadora pode dar!



EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS GOVERNOS DE DIREITA E EXTREMA-DIREITA

Esse texto é sequência dos artigos anteriores (Contra a Expropriação da Educação Pública e o Projeto Educacional da Burguesia e também o Projeto Educacional da Burguesia destrói a Educação Pública) e busca demonstrar como nos estados brasileiros os governos de centro, direita e da extrema-direita adotam as mesmas políticas educacionais.

Acompanhamos e vivenciamos cotidianamente em alguns estados a situação de crise da Educação, suas consequências para a “classe que precisa trabalhar para viver” com fortes ataques e o rápido avanço da extrema-direita, especialmente, na tentativa de doutrinação ideológica da juventude e de profissionais da Educação pública desde o Ensino Fundamental ao Ensino Universitário.

São intensos os cortes de verbas, aprofunda-se a mercantilização da Educação, as imposições de plataformas digitais e metas, a redução da qualidade de ensino-aprendizagem (conteúdos e metodologias), as privatizações, as entregas das escolas à Polícia Militar, dentre outras tantas questões.

A importância de caracterizarmos esses governos

A burguesia nacional, ao enfrentar a crise estrutural do

capital e a própria ofensiva dos países imperialistas, busca manter suas altas taxas de lucro às custas de maior intensificação da exploração (rebaixamento de salários, aumento da jornada de trabalho, etc.), da retirada de direitos e dos cortes de verbas dos serviços públicos como Educação e Saúde.

Nesse sentido, o Governo Federal, o Congresso Nacional, os governos estaduais e municipais estão de mãos dadas para atender o empresariado da indústria, do comércio, do agronegócio, do setor financeiro, dentre outros.

No entanto, além de toda essa ofensiva e sem minimizar a força e a intensificação desses ataques há anos (pelos governos de direita, centro, etc.) reconhecemos que os governos, os partidos e as bancadas de direita e extrema-direita têm renovado e impulsionado de todas as formas destrutivas do capitalismo as diferenças financeiras entre as classes sociais, o revanchismo, a agressividade, a mentira e o ódio contra nós e entre nós (da classe trabalhadora).

Para isso, falam em nome de Deus para aumentar o poder, praticarem o machismo, o racismo, a homofobia, a perseguição religiosa e se mobilizam para aumentar a miséria, ao mesmo tempo em que investem em nossa

desinformação, reduzem o nosso tempo de descanso, de lazer, de cultura, enfim, de vida.

Portanto, a Educação pública tem servido para a implementação desse modo de vida capitalista. São vários os exemplos que temos, mas, podemos afirmar que, em estados como São Paulo com o governador Tarcísio (Partido Republicanos); Minas Gerais com Zema (Partido Novo); Alagoas com Paulo Dantas (MDB); Rio de Janeiro com Cláudio Castro (Partido Liberal) dentro outros, são governos de centro, direita ou extrema-direita que têm aprofundado esse modo de vida destrutivo.

Governam a serviço de uma classe social que explora outras (no sentido do trabalho), para utilizar tanto o dinheiro público quanto os próprios setores da Educação para impor ideologias, criar situações de submissão, de repressão, aceitação do aprofundamento da própria realidade de desigualdades entre essas classes sociais.

Submissão da Educação Pública para o mercado milionário e precarizado

Nesses últimos anos, a burguesia juntamente com seus governos de centro, direita e extrema-direita já impuseram um grande retrocesso a um setor da Educação quando passaram a esbravejar contra as ciências humanas, o saber científico e buscaram adotar conteúdos, metodologias e tecnologias não capazes de desenvolver relações sociais e saberes menos desiguais entre ricos e pobres.

Mas, esses retrocessos na Educação pública, sim, são capazes de aumentar o autoritarismo, a vigilância, o controle, a falta de consciência de classe da classe



trabalhadora, de pôr fim a laicidade das instituições públicas, de tentar entregá-las com maior rapidez e menor valor à iniciativa privada, às parcerias com setores militares, conservadores e opressores.

Esse projeto da extrema-direita busca, até mesmo, fincar um Estado mínimo completamente à mercê da ganância e dos privilégios do poder de classe da burguesia para impor a intensificação extrema da exploração, da subordinação ao trabalho na busca desmedida de mais-valia.

Tem sido assim, ao mesmo tempo em que se torna disponível um maior uso de tecnologias (não para todos), aumenta-se as exigências de novos conhecimentos, novas habilidades e a necessidade de, contraditoriamente, maior disciplina e submissão da “classe que precisa trabalhar para viver”, o que possibilita o aumento das horas e das más condições de trabalho, redução do valor médio do salário (mínimo do Dieese), menor tempo e menos dinheiro para o estudo, lazer e para uma vida saudável (alimentação, saúde, esporte, artes, etc.).

E quem, principalmente, tem ganhado muito com tudo isso? Empresas milionárias do setor de tecnologia educacional. Vendem e gerenciam para os governos desde plataformas de aprendizado focadas em provas (ENEM, SAEB, ENADE e estaduais), programas de ensino online (para universidades, escolas, executivos, indústria,

agricultura, etc.), modernos equipamentos até compra/leilões de escolas. São empresários/acionistas com ações altamente lucrativas nas Bolsas de Valores, que investem num “mercado educacional” conservador e exigem como retorno uma crescente demanda com um dito aprendizado personalizado (individualizada IA, seu próprio “ambiente interativo e engajado”, outros).

Temos como um dos péssimos exemplos o estado de São Paulo. Em 2024 o governo de Tarcísio usou R\$ 471.073.439,94 bilhões da Educação pública com plataformas digitais (Alura, Matific, Leia SP, Redação Paulista, etc.) que trazem todo o conteúdo pronto para ser aplicado, o método rígido, o controle do acesso e do tempo de uso, o aumento das cobranças por metas, o aumento do assédio, além da falta de equipamentos (certamente faturados sem chegar ao destino, em muitos casos, metade de equipamentos para o número total de estudantes e professores) e condições de trabalho estu-

Quem vai ganhar com essas mudanças?

E logicamente, a burguesia de conjunto ganha, pois, além de conseguir aumentar a exploração sobre a classe que pertencemos, aumenta os lucros de seus vários setores envolvidos nesse projeto, controla e “investe” rigidamente o dinheiro público da Educação (com quem gasta, como e para

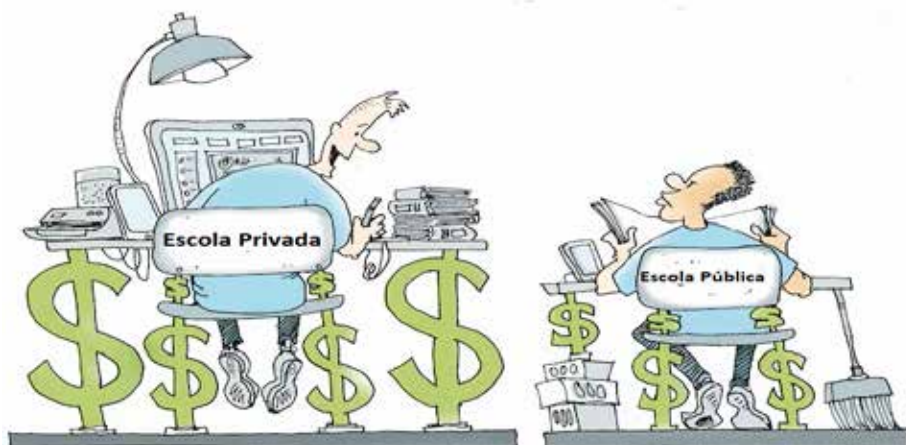
quem vai), impõe um modo de vida viciado, mecanizada e até mesmo desumanizado, limitando nossos conhecimentos, saberes e nossas mentes para um mercado de trabalho sem direitos, precário, com baixos salários, (base média do Dieese), altas jornadas, opressor e até violento.

Para a democracia burguesa e seus governos também é importante o controle sobre a Educação pública e estabelecem a relação direta com o discurso de que todos têm esse direito, a garantia do acesso, da inclusão e da cidadania. No entanto, segue a lógica geral do corte de verbas, com programas específicos que privilegiam o mérito individual como os programas Pé-de-Meia para os estudantes (Governo Federal) e o “Bônus metas” para os professores (Governos estaduais). Dessa forma, professores e estudantes dos Ensinos Fundamental, Médio e Universitário sofrem imediatamente as consequências do Projeto Educacional da Burguesia e seus governos.

Isso tudo se dá com capacidade humana da classe trabalhadora de produzir intelectual e materialmente qualquer bem para uma vida justa. Mas, com a capacidade de classe da burguesia e de seus governos de matar, roubar, expropriar e destruir, até o último momento, aquilo que não estiver a seu dispor.

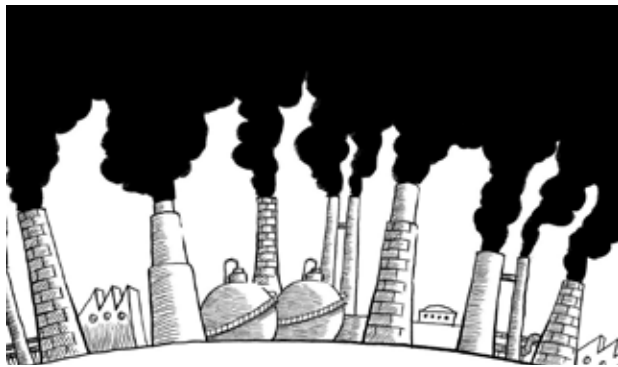
Uma Educação para a emancipação humana, para o engajamento, preparada para as necessidades e lutas coletivas subverteria a ordem e o sistema capitalista, isso jamais podemos esperar desses governos da/para burguesia.

Usar as ciências, os saberes e as tecnologias para nos levantar, subverter a ordem para um outro modo de vida não alienante, deve ser o caminho da Educação para os filhos e filhas da classe trabalhadora.



O PLANETA EM COLAPSO: ECOLOGIA MARXISTA E O FUTURO DA HUMANIDADE

Pedro Aranha



Enquanto o sistema capitalista impulsiona o colapso ambiental global, a ecologia marxista oferece um diagnóstico radical e um programa de sobrevivência para a classe trabalhadora em meio ao caos climático, ecológico e social.

Vivemos uma era marcada por múltiplas crises: incêndios florestais devastadores, colapsos de ecossistemas, aumento exponencial de eventos climáticos extremos, escassez de água e alimentos, e migrações forçadas em escala planetária. A Terra está em colapso, e esse colapso não é resultado de um destino inevitável ou de um “Antropoceno” homogêneo onde toda a humanidade seria igualmente responsável. Pelo contrário, há um motor específico por trás da destruição do planeta: o modo de produção capitalista.

A ecologia marxista, ao contrário das abordagens dominantes da economia verde ou do ambientalismo liberal, entende que a crise ecológica não é um “acidente de percurso” corrigível com reformas, tecnologias limpas ou acordos climáticos ineficazes. Trata-se de uma crise estrutural: o capitalismo, ao buscar crescimento infinito num planeta finito, ultrapassa todos os limites ecológicos. O sistema não apenas falha em proteger a natureza, como depende da sua contínua degradação para manter a taxa de lucro.

Além disso, a crise ambiental intensifica a crise estrutural do próprio capitalismo, criando uma dinâmica de retroalimentação destrutiva: quanto mais o capital destrói a natureza, mais se aprofunda sua instabilidade interna, o que por sua vez acelera ainda mais a pilhagem dos recursos naturais e a exploração da classe trabalhadora.

A crise ecológica que assola o planeta não é apenas uma “ameaça futura”, mas uma realidade, concreta e brutal. As evidências científicas são avassaladoras: estamos vivendo a **sexta extinção em massa** da biodiversidade, com taxas de desaparecimento de

espécies milhares de vezes superiores à média natural. Mais de 70% das florestas primárias do mundo já foram destruídas ou degradadas. Os oceanos estão se tornando zonas mortas, invadidos por plásticos, esgoto e calor. A atmosfera está saturada por gases de efeito estufa, elevando a temperatura global a níveis perigosos e irreversíveis em termos humanos.

A situação é muito grave

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) — mesmo em sua linguagem moderada e diplomática — alerta para uma escalada catastrófica: eventos extremos como enchentes, secas, furacões e ondas de calor já são mais intensos e frequentes do que em qualquer outra época registrada. O aumento da temperatura média global ultrapassou 1,2°C desde a era pré-industrial, e a meta de 1,5°C, definida pelo Acordo de Paris, está prestes a ser rompida. A consequência? Desertificação de territórios inteiros, insegurança alimentar, colapso de ecossistemas e deslocamento de milhões de pessoas.

Além disso, os chamados “pontos de não retorno” — como o derretimento da calota da Groenlândia, a morte da Amazônia e a liberação de metano do permafrost siberiano — podem desencadear feedbacks climáticos que aceleram o aquecimento global de forma autônoma, além da capacidade de controle humano. Isso tornaria vastas áreas do planeta inabitáveis, criando zonas mortas não apenas para a natureza, mas também para sociedades humanas.

Esses dados, no entanto, não devem ser interpretados apenas como resultado de “más escolhas” ou “consumo irresponsável” da humanidade em geral. A ecologia marxista insiste em uma pergunta fundamental: **quem está destruindo o planeta, e por quê?**

O colapso ecológico é profundamente desigual

Os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por mais da metade das emissões globais de CO₂, enquanto os 50% mais pobres contribuem com menos de 10%. Multinacionais do setor de combustíveis fósseis, agronegócio, mineração e indústria bélica estão entre os principais emissores e poluidores — muitas vezes com o aval e financiamento direto dos Estados.

Além disso, empresas como ExxonMobil, Shell, Chevron, BP e outras sabiam, desde os anos 1970, dos impactos das emissões de gases de efeito estufa. Mas preferiram financiar campanhas de desinformação e bloquear legislações ambientais para proteger seus lucros.

A devastação da natureza não é apenas tolerada, mas **necessária ao funcionamento do capitalismo**, que depende da extração incessante de recursos naturais baratos e da conversão de bens comuns em mercadorias lucrativas. O capital não se importa com a vida, apenas com a valorização do valor. Como diria Marx, o capital é “trabalho morto que se alimenta de trabalho vivo”, e isso inclui também a natureza como uma forma de “trabalho não remunerado” — ou seja, explorado sem retorno.

O que para a maioria da população mundial é crise, para o capital é negócio. A financeirização da natureza — por meio de créditos de carbono, compensações ambientais e “soluções de mercado” — transforma a destruição em chance de lucro. O discurso da sustentabilidade, das metas ESG e da “transição verde” nada mais é do que um verniz verde sobre um sistema que continua a operar com base na exploração, na pilhagem e na desigualdade.

Enquanto isso, populações

indígenas, camponeses, quilombolas e trabalhadores urbanos sofrem as piores consequências do colapso ambiental: perda de território, doenças, insegurança alimentar e hídrica, violência policial e criminalização da luta pela terra e pelo meio ambiente.

Crise ambiental e capitalismo

A ecologia marxista nos convida a enxergar que a crise ambiental não é periférica, mas central ao modo de produção capitalista. Não há como resolver a catástrofe ecológica dentro dos marcos do capital. A única alternativa real é superar esse sistema, e isso nos leva ao próximo ponto: a própria **crise estrutural do capitalismo**.

A crise ambiental em curso não acontece isoladamente. Ela caminha lado a lado com a crise estrutural do capitalismo, um sistema que, nas últimas décadas, mostra sinais evidentes de esgotamento. A estagnação econômica, o crescimento da desigualdade social, o endividamento explosivo, o desemprego crônico, a financeirização da economia e a precarização das condições de vida indicam que o capitalismo não é apenas ecologicamente insustentável — ele também é socialmente inviável e economicamente instável.

Marx entende que o capitalismo, ao contrário do que afirmam seus apologistas, não é um sistema equilibrado, mas atravessado por contradições internas que o levam à crise. Marx chamou isso de tendência decrescente da taxa de lucro: com o avanço tecnológico e a substituição de trabalho vivo (o que gera valor) por máquinas e capital fixo (que não o gera), o sistema passa a ter dificuldade em manter sua rentabilidade. Isso provoca crises periódicas de superprodução, desemprego em massa e destruição de forças produtivas.

Desde a década de 1970, o capitalismo tenta superar essa crise estrutural com novas formas de acumulação: globalização neoliberal, desregulamentação dos mercados, privatizações, ataques aos direitos trabalhistas e expansão do crédito. A financeirização da economia — ou seja, o domínio do capital especulativo sobre o produtivo — tornou-se uma

característica central do sistema. Porém, ao invés de resolver as contradições, essas “soluções” as aprofundaram, tornando a economia mundial ainda mais frágil e propensa a colapsos sistêmicos, como visto em 2008, e nas crises subsequentes.

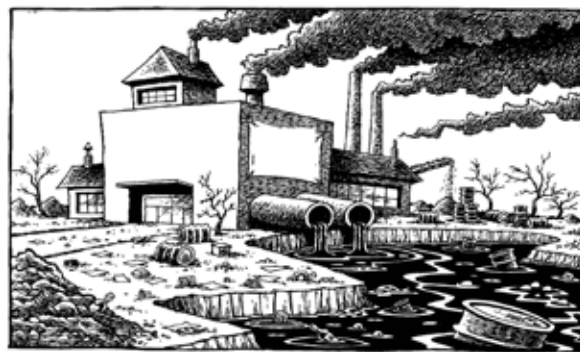
David Harvey, teórico marxista contemporâneo, cunhou o termo acumulação por espoliação para descrever como o capital recorre a formas cada vez mais violentas e predatórias de se reproduzir. Quando o lucro produtivo entra em declínio, o sistema passa a buscar renda através da apropriação direta: privatização de bens públicos, despossessão de comunidades, devastação ambiental e expansão de zonas de sacrifício.

Nesse contexto, o colapso ambiental não é um “efeito colateral” da crise do capital, mas uma **estratégia de sobrevivência do sistema**. A destruição da natureza — e das vidas que dela dependem — se torna uma fonte direta de lucro, principalmente para setores como o agronegócio, a mineração e a indústria bélica. O capitalismo passa a devorar tudo o que resta: florestas, água, ar, solo, corpos e até o próprio futuro.

O resultado é uma verdadeira barbárie climática e social, onde as classes dominantes constroem seus bunkers ecológicos — com energia limpa, segurança privada e acesso privilegiado a recursos — enquanto bilhões de pessoas enfrentam fome, migração forçada, doenças, violência e desespero. O colapso é seletivo: ele mata primeiro os mais pobres, racializados e vulneráveis.

A pandemia expôs a gravidade

A pandemia de COVID-19 foi um marco na exposição das fragilidades do sistema. Mostrou como cadeias produtivas globais podem entrar em colapso com rapidez, como os Estados são mobilizados em defesa do capital (não da vida), e como a ciência e o cuidado coletivo são frequentemente subordinados ao lucro. A recuperação econômica pós-pandemia, baseada em incentivos ao consumo, aumento da produção e estímulo à exploração



de recursos naturais, apenas acelerou o aquecimento global e a degradação ambiental.

O genocídio na Faixa de Gaza provocada pelo Estado de Israel, a guerra na Ucrânia, o recrudescimento do fascismo em vários países, e o aumento das tensões geopolíticas também revelam que o capitalismo não é apenas instável ecologicamente, mas também politicamente. Diante de sua crise estrutural, o sistema responde com autoritismo, repressão e militarização, ao invés de bem-estar, justiça e democracia.

A conclusão é clara: o capitalismo não está em crise — o capitalismo é a crise. Sua lógica interna o leva inexoravelmente ao colapso, e, ao tentar fugir de sua própria obsolescência, ele acelera a destruição do planeta. Essa dinâmica leva à retroalimentação entre colapso ambiental e crise estrutural, que exploraremos na próxima seção.

A relação entre o colapso ambiental e a crise estrutural do capitalismo não é de mera coincidência ou correlação. Trata-se de uma relação dialética de retroalimentação: um processo em que as contradições do sistema capitalista aprofundam a crise ecológica, e esta, por sua vez, agrava a instabilidade do próprio sistema, criando um ciclo vicioso de colapso ecológico e social.

A ecologia marxista entende que natureza e sociedade são inseparáveis. A destruição dos ecossistemas naturais é também a destruição das bases materiais da reprodução social humana. E, ao contrário do que propõe a visão tecnocrática dominante — que trata a crise ambiental como um problema técnico e isolado — a ecologia crítica mostra que estamos diante de um **impasse sistêmico**, onde a destruição ambiental já não pode ser tratada como uma externalidade, mas sim como uma condição interna do modo de produção atual.

A natureza fornece ao capitalismo dois elementos fundamentais: recursos naturais baratos (energia, matérias-primas, água, terra) e espaços para despejo de resíduos (poluentes, lixo, emissões de carbono). Sem esses “serviços gratuitos”, o sistema não pode funcionar. No entanto, para manter sua lógica de crescimento exponencial e lucro constante, o capitalismo ultrapassa os limites físicos do planeta, destruindo exatamente as

condições de que precisa para existir.

Esse paradoxo gera instabilidade. Quando os recursos começam a escassear — como água potável, solos férteis ou minerais estratégicos — os custos de produção aumentam, o lucro diminui e as crises se aprofundam. Da mesma forma, quando os impactos ambientais atingem a saúde pública, a produtividade do trabalho e a infraestrutura econômica, o sistema é obrigado a gastar cada vez mais com

mitigação, contenção e adaptação.

Em suma, a crise ecológica encarece a reprodução do capital, acelerando sua própria crise estrutural. O colapso ambiental torna-se um entrave ao funcionamento “normal” do sistema, mesmo que o próprio sistema continue alimentando esse colapso.

Versão completa desse texto você encontra em www.emancipacaosocialista.org

MÉSZÁROS E O COLAPSO AMBIENTAL

Caracterizado por Mészáros¹ como um sistema essencialmente destrutivo, umas das consequências perversas do sistema do capital é a destruição do meio ambiente em larga escala. O sociometabolismo do capital a partir de suas tendências expansionistas e destrutivas é incompatível com a natureza, pois a “lógica produtiva” em busca do lucro crescente leva a uma dinâmica de progresso associado ao desperdício. Este modelo não é capaz de alcançar equilíbrio social ou ambiental, dada suas contradições inerentes.

Nas elaborações de Marx e Mészáros, a reorganização das relações de trabalho e do modo produtivo precisa contemplar a desalienação do trabalho e, ao mesmo tempo, a compatibilidade entre a humanidade e a natureza. É visível que o desenvolvimento destrutivo do capitalismo — especialmente após a revolução industrial — pode levar ao extermínio da humanidade e não há tempo a perder. A ameaça ao meio ambiente é mais um fator que coloca a urgência da transformação social revolucionária na ordem do dia.

O colapso ambiental atual é uma crise civilizatória que recoloca para os socialistas a questão ambiental como um elemento central, tema secundarizado por inúmeros grupos e correntes por décadas. A crise estrutural do capital se combina com tais elementos e é “incontrolável”, pois sua irracionalidade expansionista e a busca crescente e desmedida pelo mais-valor leva a um

ciclo de “descartabilidade” acelerada na produção e o estímulo neurótico pelo consumo de mercadorias: tais aspectos, combinados, geram destruição ambiental em escala planetária inédita. Cada vez mais as mercadorias embora mais tecnológicas — celulares, TVs, carros, eletroeletrônicos, etc. — tendem a durar menos.

Como define Mészáros, a “(...) contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar ‘avanço’ de destruição, nem ‘progresso’ de desperdício — ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante”.²

Ainda, no capitalismo contemporâneo, as barreiras à produção capitalista são superadas pelo próprio capital, na luta incessante pela sua reprodução, custe o que custar. Esta dinâmica é crescente, por vezes com um viés parasitário e assume a forma de uma espécie de autorreprodução destrutiva, “em oposição antagônica à produção genuína”, ou seja, valores de uso racionais: trata-se de “um desafio direto à sobrevivência da humanidade”.³

Em entrevista ao MST, em 2011, o filósofo aproximou as considerações teóricas à situação concreta no campo brasileiro: “o grande capital domina o agronegócio e produz



destruição, porque a sua única razão é o lucro. Destrói florestas e tantas outras coisas, inclusive com o uso de venenos químicos que se coloca na terra. O futuro e a sobrevivência humana dependem da resistência ao poder financeiro do grande capital nesse campo”. Para Mészáros, a alternativa é um expressivo movimento de massas, ou seja, uma luta unificada que supere a fragmentação e possa fazer surgir “educação e modelo viável de produção, uma forma de vida sustentável”. Trata-se de um caminho essencialmente anticapitalista.⁴

A disjuntiva socialismo ou barbárie, neste sentido, é absolutamente urgente e realista considerando que jamais houve um sistema de produção na história da terra que possa remotamente ser comparado ao desperdício do atual modelo de acumulação. Neste caminho não há futuro para o meio ambiente como reconhecemos, nem para a humanidade, a não ser numa perspectiva distópica amplamente retratada na arte em filmes como os cinco longas-metragens da saga Mad Max, O dia depois de Amanhã ou o impressionante Elysium (2013). Em tal ritmo, temos ainda um

curto período pela frente daquilo que nos acostumamos a identificar como o planeta que garante nossa sobrevivência.

O COLAPSO AMBIENTAL SÓ SE RESOLVE COM O SOCIALISMO

Os problemas ambientais são graves e colocam a humanidade, sem exagero, em perigo de extinção. Clima, chuva e calor em excesso, desmatamento, aquecimento dos oceanos, etc. mostram que os problemas são em todas as áreas e por todo o globo.

Apesar do negacionismo de muitos, como Trump e a extrema-direita, cientistas e estudiosos do meio ambiente alertam para a proximidade de um ponto de não ter mais volta e ser impossível conter a destruição ambiental. Se essa hipótese estiver correta, significa que as formas de vida logo deixarão de existir no planeta.

É um diagnóstico sombrio e mostra a urgência de mudar esse rumo, antes que seja tarde. É necessário construir um forte movimento da classe trabalhadora para enfrentar essas questões do meio ambiente.

Pelo modo como funciona, o capitalismo não pode oferecer uma saída

Os ideólogos da burguesia quando tratam da questão ambiental dizem que o problema é o ser humano, uma forma de individualizar a responsabilidade. Uma conclusão para fugir da causa desse colapso ambiental, que é a forma como o capitalismo produz e consome.

Como assumir esse fato seria reconhecer o sistema capitalista como a causa do colapso ambiental, tratam como uma questão individual. Por essas ideias da burguesia, a essência do ser humano é destruir a natureza. E com boa educação o problema estará resolvido. Nada mais falso.

Para responder a esse argumento,

Notas

¹⁾ István Mészáros foi aluno e se tornou um seguidor intelectual de Lukács, um dos principais filósofos do marxismo do século XX. Mészáros se consolidou como

é preciso pensar de qual ser humano estamos falando, pois a cada época histórica há um ser humano específico, refletindo as ideias de sua época. Por isso é importante entender o ser humano na sua forma social, na atividade de produção das necessidades para a sua existência.

Aquele que vivia de coletas, de pesca, ou seja, diretamente da natureza, precisava preservá-la, pois a sua vida dependia diretamente do meio natural equilibrado. O trabalho – a mediação do ser humano com a natureza – ao não ser alienado, permitia a perfeita integração e harmonia com a natureza.

Já no capitalismo, com a apropriação privada da riqueza produzida, o trabalho é alienado, ou seja, o ser humano no seu ato de produzir além do necessário e para acumulação, estabelece com a natureza uma relação alienada, não se reconhecendo nesse ato e a natureza é algo estranho. Assim, esse ser humano constituído no capitalismo não se preocupa com a natureza.

Por óbvio que, até mesmo como parte da resistência ao sistema e diferenciação do ser social (formado pelo capitalismo), há indivíduos que se preocupam e cuidam da natureza, denunciam o colapso ambiental, etc. Já a burguesia, mesmo com esse discurso, se acreditasse na solução individual, no lugar de assassinar ambientalistas, incentivaria mais ações contra empresas poluidoras e o destruidor agronegócio.

Por isso, concluímos que a solução não passa por ações individuais (ainda que como cada indivíduo se comporte seja muito importante), mas pela mudança do mundo que forma esse ser social.

um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade. Lecionou Filosofia na Universidade de Sussex, na Inglaterra, e na Universidade de York.

²⁾ Idem. A crise estrutural do Capital, 2011.

³⁾ I. Mészáros. O poder da ideologia, 2012.



Só com o fim do capitalismo

Acima demonstramos que a burguesia, mesmo que quisesse, não resolveria o colapso ambiental. A lógica da produção capitalista a impede. Essa é a razão das várias conferências organizadas pela ONU sobre meio ambiente, como a próxima COP de Belém, servirem basicamente para marcar a próxima, novas metas que também não serão cumpridas.

Só uma sociedade socialista, quando a lógica da produção for para a coletividade e não para o lucro, será possível produzir para garantir a vida e preservar o meio ambiente. Não há meio termo e nem muito tempo porque a tendência é acelerar a destruição.

O socialismo permitirá medidas como a interrupção da produção baseada em indústrias poluentes, uma transição energética a partir dos interesses da classe trabalhadora, parar o desmatamento e proteger os povos originários, entre outras medidas.

Mas não dá só para esperar a Revolução, é preciso, desde já, denunciar e enfrentar os planos dos capitalistas e dos governos contra o meio ambiente (desmatamento, exploração de petróleo na bacia amazônica, etc.), mas essas pautas imediatas precisam estar articuladas com a luta contra o sistema, o causador desse colapso ambiental.

É nesse sentido que defendemos a construção de um movimento de defesa do ambiente anticapitalista.

Walter Benjamin, em sua Tese VII sobre o conceito de história, afirma que “*a história deve ser escovada a contrapelo*” — isto é, narrada a partir da perspectiva dos vencidos, dos oprimidos, dos que foram esmagados pela marcha triunfal do progresso burguês. No entanto, a historiografia brasileira dominante insiste em fazer o oposto: constrói uma narrativa a partir do alto, dos vencedores, dos senhores da ordem escravista e colonial.

Essa inversão epistemológica é evidente na forma como se utiliza o vocabulário histórico. A palavra “revolução” é reservada para movimentos que interessam à classe dominante — (Revolução Farroupilha, Revoluções federalistas (1891 e 1892) Revolução constitucionalista de 1932, Revolução de 1930) — enquanto as lutas dos escravizados são reduzidas a “revoltas”, “guerras” ou “distúrbios”.

O Quilombo dos Palmares, por exemplo, cuja existência ultrapassou em duração a Revolução Russa, é tratado como uma mera insurreição. Recentemente, a historiografia reacionária brasileira chegou ao cúmulo de retratar Zumbi dos Palmares como um ditador, em uma analogia grotesca com Stálin, revelando um anacronismo deliberado e uma tentativa de deslegitimar qualquer projeto revolucionário negro.

Essa operação ideológica tem um objetivo: reforçar a ideia de que os trabalhadores, especialmente os negros, precisam do chicote do patrão, da tutela do Estado, da ordem burguesa. Trata-se de uma narrativa contra-revolucionária, que busca apagar a potência política das lutas escravas e naturalizar a violência da ordem colonial.

Revisionismo histórico da direita

A historiografia contemporânea brasileira tem se tornado cada vez mais apologética do colonialismo, do capital mercantil e do tráfico de escravos.

Não se trata apenas de figuras como Leandro Narloch, com seu Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, ou Eduardo Bueno, que até recentemente atuava como consultor editorial do Senado. Também historiadores como Mary Del Priore e José Murilo de Carvalho, sob o pretexto de evitar anacronismos, constroem uma história a partir dos vencedores, repleta de malabarismos retóricos para apresentar D. Pedro II como abolicionista e democrático, enquanto criminalizam os movimentos escravos como violentos e despolitizados. Quando um escravo rouba a comida que ele mesmo produziu, a historiografia burguesa o rotula como criminoso, legitimando a ordem escravista.

Essa narrativa ignora os esforços de intelectuais como Clóvis Moura e Florestan Fernandes, que escovaram a história a contrapelo e mostraram como a escravidão não foi apenas um sistema econômico, mas uma estrutura fundante da desigualdade social brasileira.

Moura, em *Rebeliões da Senzala*, revela a dimensão política das revoltas escravas, enquanto Florestan, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, demonstra como a abolição não significou emancipação, mas sim a perpetuação da marginalização negra no capitalismo periférico brasileiro.

Marx, no capítulo XXV do livro



primeiro de *O Capital*, ao tratar da colonização, mostra como o capital se alimenta da expropriação violenta, da escravidão e do saque colonial. A acumulação primitiva não é um estágio superado, mas uma lógica que se perpetua nas periferias do sistema. O Brasil é um exemplo claro disso: a escravidão não foi um desvio, mas uma engrenagem essencial da formação do capitalismo dependente.

A literatura também escancara essa violência naturalizada. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis descreve, com ironia cortante, o momento em que o jovem Brás Cubas monta nas costas de uma criança negra como se fosse um cavalo. A cena, aparentemente banal, revela a naturalização da desumanização do negro desde a infância da elite brasileira. É a pedagogia da dominação, ensinada desde cedo aos filhos da burguesia.

Escovar a história a contrapelo, como propõe Benjamin, é romper com a narrativa oficial. É reconhecer que Palmares foi uma revolução, que Zumbi foi um líder político, que os escravos foram sujeitos históricos. É fazer da história não um monumento à ordem, mas uma arma na luta pela emancipação.

Os quilombos como alternativa à ordem do capital

Quilombo é um termo historicamente associado às comunidades formadas por

africanos escravizados que fugiam do sistema colonial escravista no Brasil, especialmente entre os séculos XVII e XIX. Etimologicamente, a palavra deriva do termo quilombo, da língua quimbundo, falada por povos bantos de Angola, significando “acampamento guerreiro” ou “lugar de resistência” — o que já revela seu caráter insurgente.

Segundo o historiador Clóvis Moura, os quilombos representavam uma forma de luta coletiva contra a opressão, funcionando como núcleos de resistência política, social e cultural à escravidão. Flávio dos Santos Gomes aprofunda essa visão ao destacar a complexidade interna dessas comunidades, que não eram apenas refúgios, mas espaços de recriação de laços africanos, práticas agrícolas, religiosidade e organização social própria

Os quilombos de Palmares e do Ambrósio constituem expressões concretas de uma formação social antagônica à lógica da plantation escravista, fundada na produção de mais-valor e na reprodução ampliada do capital. Enquanto o latifúndio colonial operava sob a racionalidade do capital mercantil, subordinando a terra e o trabalho à acumulação privada, os quilombos representavam uma ruptura com essa forma de exploração: neles, a terra não era mercadoria, mas meio de vida; não servia à valorização do valor, mas à satisfação das necessidades humanas.

A produção agrícola nos quilombos — leguminosas, frutas, raízes e grãos — não

visava o mercado externo, mas a reprodução social dos sujeitos insurgentes, que ali encontravam refúgio e reconstruíam formas de vida baseadas na cooperação e na horizontalidade política.

A organização interna desses espaços, por conselhos, assembleias e lideranças rotativas, revela uma tentativa de construir uma sociabilidade não alienada, onde o trabalho não se separa da vida, e a liberdade não é abstração jurídica, mas prática cotidiana. Marx, ao analisar a renda da terra no Livro III de *O Capital*, afirma que “a propriedade da terra habilita o proprietário a apropriar-se de uma parte do produto social mediante a imposição de um tributo” — nos quilombos, essa lógica é subvertida: a terra não é fonte de renda para um senhor, mas autonomia coletiva, onde o tributo é substituído pela solidariedade.

Não era só Palmares

Além de Palmares e Ambrósio, outros quilombos como o do Píolho (Mato Grosso), do Urubu (Bahia) e do Catucá (Pernambuco) também expressaram essa recusa à ordem escravista e mercantil. No século XVIII, durante o ciclo da mineração, Minas Gerais tornou-se um dos principais palcos da insurgência quilombola: segundo o historiador Carlos Magno Guimarães, havia ao menos 126 quilombos registrados no território mineiro,

revelando que a luta pela liberdade não foi episódica, mas estrutural.

Esses espaços não foram apenas esconderijos, mas verdadeiras comunas agrárias, onde se experimentava uma outra forma de vida, uma outra relação com a terra, com o trabalho e com o tempo.

Conhecer profundamente a história dos quilombos, suas estruturas políticas e econômicas, é fundamental para romper com a historiografia burguesa que os reduz a “revoltas” desorganizadas ou a enclaves de violência. As revoltas escravas foram, na verdade, revoluções — projetos de ruptura com a ordem colonial e capitalista.

A historiografia dominante, como Marx denuncia em *A Ideologia Alemã*, é ideológica no sentido mais profundo: uma inversão da realidade, uma mistificação que transforma a dominação em algo natural, e produz uma falsa consciência que serve à classe dominante. Escovar a história a contrapelo, como propõe Walter Benjamin em sua Tese VII, é devolver aos vencidos a dignidade de sua luta, reconhecer nos quilombos não só resistência, mas projeto -um projeto de mundo que ousou existir contra todas as formas de opressão.

Quilombo é...

"O quilombo era uma sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial que constituía a sociedade maior e institucionalizada. O seu agente social era o negro-escravo inconformado que traduzia esse sentimento no ato da fuga. Este era o primeiro estágio de consciência rebelde, obstinada e que já expressava e refletia um protesto contra a situação em que estava submerso.

O negro fugido era o rebelde solitário que escapava do cativeiro. O segundo estágio era a socialização desse sentimento, e, em consequência, a sua organização com outros negros fugidos em uma comunidade estável ou precária.

Era, portanto, a passagem, no nível de consciência, do negro fugido para o do quilombola. O seu protesto solitário adquiria um sentido social mais abrangente e já se expressava em atos de interação coletivos. O quilombola era, portanto, um ser social com uma visão menos fragmentária da necessidade de negar coletiva e organizadamente o instituto da escravidão."

Clóvis Moura: A quilombagem como expressão de protesto radical

QUILOMBO	SISTEMA ESCRAVISTA
Homem livre	Escravo
Terra livre confiscada	Latifúndio escravista
Trabalho comunal livre	Trabalho compulsório
Coletivismo agrário	Produção para o senhor
Forças armadas de defesa	Forças armadas de repressão
Família alternativa livre	Família reprodutora de escravos

Antagonismo entre o quilombo e o sistema escravista (Clóvis Moura: A quilombagem como expressão de protesto radical)

O DIFÍCIL CAMINHO DA UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS - PARTE 3

O desmantelamento do POUM

A partir do desenrolar da Guerra Civil Espanhola, a burocracia soviética envia à Espanha cada vez mais contingentes para intervir no conflito. Não é exatamente verdade que a URSS stalinizada abandonou a Espanha para as mãos fascistas, mas o centro da política estalinista era a restauração ‘democrática’ e aliança com Inglaterra e França, países desconfiados do ‘perigo vermelho’ espanhol. A prioridade era a defesa do regime ‘democrático’ e, no máximo, a garantia de um reformismo republicano.

Gradualmente, a dualidade de poderes existente na Guerra Civil foi desmontada por dentro: era a política deliberada do PSOE e PCE e respaldada pelas direções sindicais majoritárias e pelo próprio POUM a partir de suas práticas vacilantes e centristas combinadas a um espírito combativo.

Um exemplo de tal estratégia foi verificado nas batalhas de maio de 1937, quando o governo republicano tenta assumir o controle das comunicações ocupando o edifício da Telefônica, em Barcelona. A classe trabalhadora enche a cidade de barricadas e a militância da CNT (central sindical) e do POUM dominam a situação, mas logo chama a desmontar as barricadas e a voltar a confiar na política oficialista da Frente Popular. Mais uma vez o POUM não se atreve a romper com o governo e desmobiliza sua própria base no meio da batalha. Assim, as barricadas vão se dissolvendo e o governo recupera o controle.

Após esta bela colaboração evidente com as forças governistas, o partido seria ilegalizado sob a acusação absurda de “fascista”; seria este o prêmio pela colaboração

centrista frente ao governo. Andreu Nin seria sequestrado e torturado até a morte pelo estalinismo. Milhares de anarquistas, pousistas e trotskistas são executados ou presos pela ação repressiva da Frente Popular, especialmente com a ação da NKVD. ⁽¹⁾

Ao fim e ao cabo, para a alegria de Franco e do fascismo internacional, quem reprimiu e eliminou milhares de lutadores da esquerda foi a esquerda tradicional: o PC e o PS espanhóis com apoio burocrático-soviético. Muitos militantes adentraram na clandestinidade para fugirem do governo e dos assassinos enviados por Moscou. Mesmo leal a Frente Popular, enfim, o POUM foi desmantelado enquanto os fascistas avançavam militarmente ante uma esquerda dividida e sem norte revolucionário. ⁽²⁾

Não foram os fascistas, portanto, que reprimiram e mataram milhares de militantes de esquerda. Seria o fim trágico do centrismo do POUM e, mais tarde, o fascismo venceria a Guerra Civil inaugurando um longo governo reacionário. O violento conflito de quase três anos deixou um país destruído e mais de 500 mil mortos sendo para muitos a antessala da Segunda Guerra Mundial.

A vitória fascista na Espanha

Em janeiro de 1939, os falangistas entraram em Barcelona e, em 23 de março, Madri rendeu-se depois de poderosos ataques, inclusive de aviões nazistas. Logo, as nações “democráticas” como os Estados Unidos reconheceriam o governo fascista e golpista de Francisco Franco que assumiria a ditadura –



Cena do filme Terra e Liberdade de Ken Loach

com aspectos monárquicos embora sem um rei oficialmente - até sua morte em 1975.

O POUM, por sua vez, entrou para a história pela sua breve existência em um contexto extraordinário, no qual teve erros e acertos. Uma situação radicalmente polarizada e com oportunidades tanto para a revolução socialista como para o fascismo, mas marcada por uma situação internacional muito desfavorável – ascensão de fascismo em vários países e do estalinismo na URSS – que ajudou a selar o terrível desfecho para o partido e, especialmente, para a classe trabalhadora espanhola por décadas.

Notas

⁽¹⁾ NKVD (Narodniy Komissariat Vnutrennikh Del), era o Comissariado do Povo de Assuntos Internos. Criado em 1934, incorporou funções centrais na administração e na segurança do Estado. Também controlava a economia e o serviço secreto, prestando contas ao Conselho de Comissários do Povo e ao CC do Partido Comunista. A NKVD administrava os campos de Gulag e os campos penais de trabalho, onde estavam os perseguidos políticos. Teve forte presença na Guerra Civil Espanhola e seus agentes atuavam em conjunto com o PC Espanhol exercendo influência sobre o governo republicano. O NKVD estabeleceu prisões secretas em Madri, onde torturou e matou centenas de oponentes (nacionalistas espanhóis, católicos, anarquistas e trotskistas). A partir de maio de 1937, diversos revolucionários foram presos sob as mais diversas acusações, geralmente falsas.

⁽²⁾ Assista ao filme “Terra e Liberdade”, dirigido por Ken Loach, 1995. Link: <https://n9.cl/t37u5>

IMPORTANTE CESSAR FOGO, MAS OS PALESTINOS NÃO TERÃO A PAZ E NEM A INDEPENDÊNCIA

Neste 8 de outubro foi anunciado o “cessar-fogo” entre a resistência palestina e Israel. À alegria e o alívio dos palestinos se misturou a descrença, pois Israel já descumpriu vários acordos. No mesmo dia Israel bombardeou Gaza, matando 10 e ferindo 49 palestinos. É a razão dos acordos com Israel serem frágeis.

A retirada de Gaza será gradual e os militares israelenses controlarão 53% do território, depois ficarão numa chamada faixa de segurança, ou seja, Gaza continuará sitiada. Os prisioneiros de guerra em poder do Hamas serão libertados em seguida. Alguns presos palestinos também serão soltos.

O plano sionista era a ocupação total e, junto com Trump, transformar Gaza em um resort, ou seja, um prêmio aos especuladores imobiliários. Não conseguiram. Partindo desse ponto de vista, é um passo importante e dá fôlego para a população de Gaza e para a resistência se reorganizarem. Por isso as comemorações e a alegria.

TRUMP TENTA RETOMAR O PAPEL HEGEMÔNICO

Os Estados Unidos ainda são poderosos, mas está num processo de enfraquecimento e não tem a força sobre os países como antes. É o declínio político. Agora há outros atores e outras relações políticas e econômicas que debilitam o papel estadunidense. É essa hegemonia que Trump tenta recuperar e por isso a pressão para fecharem o acordo.

Netanyahu e Trump também são parte da extrema-direita mundial, uma força política com um projeto reacionário procurando influenciar outros países trabalhando para ganhar força política no mundo.

Trump sabe que hegemonia não é construída só em mesas de negociações, mas também pela força militar, como é a presença da marinha em águas do Caribe. Nesse sentido a consolidação de Israel –uma extensão estadunidense na região- como um “imperialismo regional” é importante para Trump impor a hegemonia. Os bombardeios contra o Líbano, Iêmen, Irã, Síria e Qatar é parte do jogo, de dizer “quem manda na região”. Por isso os Estados Unidos apoiaram as ações militares israelenses.

NÃO CONFIAMOS EM NETANYAHOU, TRUMP E NA BURGUESIA ÁRABE

Várias vezes Netanyahu prometeu abrir o caminho para ajuda humanitária chegar em Gaza e até negociaram um cessar-fogo, mas Israel continuou bombardeando Gaza e a comida e os remédios não chegaram. Enquanto isso, as cenas de crianças esqueléticas pela fome, hospitais e escolas bombardeados e a cidade completamente destruída.

A maioria dos governos imperialistas apoiaram o genocídio promovido por Israel e os governos árabes, se limitaram às “declarações diplomáticas” e nada fizeram, ao contrário, foram cúmplices do genocídio.

Trump não é pacificador. Não há como ser. O complexo

militar estadunidense precisa de guerra e para manter seus lucros exorbitantes, ou seja, os Estados Unidos vão continuar com as guerras para as empresas armamentistas lucrarem, enfim, vão continuar com a “máquina de guerra ligada”.

O fato de Israel ter recuado não significa que os fundamentalistas desistiram do seu projeto de “Grande Israel”, de controlar toda a Palestina ocupada e partes de outros países da região.

Outro motivo para desconfiar é a situação política interna. Netanyahou lidera um governo da extrema-direita, que se opõe ao acordo e defende a destruição total do Hamas. Essas divisões dentro do governo israelense podem pender a favor do setor mais reacionário e retomarem os ataques.

Por isso, não merecem confiança. Só a pressão popular pelo mundo pode colocar um fim definitivo às ações dos militares israelenses. O povo palestino, com os 77 anos de luta pela libertação, tem consciência do papel de Israel e da necessidade de continuar a luta.

OLHOS PARA GAZA E PARA A CISJORDÂNIA

Esse acordo servirá para o povo se reorganizar, mas é importante entender que a Palestina continua ocupada e não há nenhuma cláusula sobre essa questão.

Com a atenção para o genocídio em Gaza, Israel aproveitou para expandir os assentamentos ilegais, expulsar milhares de palestinos de suas casas, assassinar e prender outros tantos.

É esse acordo não aborda a saída das tropas israelense da Cisjordânia, a devolução das casas, o desmantelamento dos assentamentos e o controle da cidade pelos próprios palestinos. Então é importante também olharmos para Cisjordânia porque também está ocorrendo um genocídio.

RECONSTRUÇÃO E INDENIZAÇÃO PELOS DANOS DOS ATAQUES

Parte da luta em defesa do povo palestino é exigir de Israel e dos países que financiaram os ataques, a indenização e garantia de capital – sob controle palestino- para a reconstrução de Gaza e indenizar todos os palestinos pelos danos.

Também é o povo palestino que deve quem governará Gaza e a Cisjordânia. Nenhum comitê ou qualquer outra forma de ingerência política deve ser aceita.

Não podemos esquecer que a Palestina continua ocupada por forças sionistas e a luta é mais atual do que nunca. Uma paz duradora passa necessariamente pelo fim do Estado israelense, a origem de todo tipo de violência contra os povos da região.

